

O CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL DE PERIÓDICOS E O FORMATO CALCO

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Catálogo Coletivo Nacional de Livros e Periódicos, com sede no IBBD, reúne em fichas, as coleções de 560 bibliotecas brasileiras, num conjunto que inclui cerca de 1.000.000 de livros e 60.000 títulos de periódicos.

Através deste Catálogo, o I BBD intensifica a utilização das coleções bibliográficas existentes no país, localizando as publicações solicitadas por indivíduos ou instituições, nas principais bibliotecas especializadas brasileiras.

Entre as solicitações recebidas pelo Catálogo Coletivo Nacional, podem ser consideradas, principalmente, as de dois tipos:

- a) pedidos de simples localização de obras ou de artigos desejados;
- b) pedidos de reproduções de textos, necessários a estudos e pesquisas, provenientes de entidades ou pessoas, do Brasil ou do exterior.

2. COMISSÃO BRASILEIRA DE CATÁLOGOS COLETIVOS (IBBD/CBC)

Criada pela Resolução de no 7 do Conselho Diretor do IBBD, esta Comissão tem como finalidade promover a criação de Centros Regionais que efetuem a coleta de dados da Região, estabelecendo Catálogos Coletivos Regionais de Livros e Periódicos e enviando cópia desses dados ao CCN.

2.1. - Centros Regionais

Existem atualmente 14 Centros Regionais funcionando nos principais estados do Brasil a saber:

- a) BRASÍLIA (incluindo bibliotecas de Brasília, Goiás e Mato Grosso).
Sede: Biblioteca Central da Fundação Universidade de Brasília,
- b) MANAUS (incluindo bibliotecas do Amazonas, Acre e Rondônia).
Sede: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
- c) BELÉM (incluindo bibliotecas do Pará e Amapá). Sede: Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará.
- d) SÃO LUIS (incluindo bibliotecas do Maranhão e Piauí). Sede: Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão.
- e) FORTALEZA (incluindo bibliotecas do Ceará). Sede: Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará.
- f) RECIFE (incluindo bibliotecas de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba).
Sede: Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco.

- g) SALVADOR (incluindo bibliotecas da Bahia, Sergipe e Alagoas). Sede: Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia.
- h) BELO HORIZONTE (incluindo bibliotecas de Minas Gerais). Sede: Serviço Central de Informações Bibliográficas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- i) RIO DE JANEIRO (incluindo bibliotecas da Guanabara). Sede: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.
- j) NITERÓI (incluindo bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo). Sede: Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense.
- k) SÃO PAULO (incluindo bibliotecas de São Paulo). Sede: Biblioteca Central da Universidade de São Paulo.
- l) CURITIBA (incluindo bibliotecas do Paraná). Sede: Centro de Bibliografia e Documentação da Universidade Federal do Paraná.
- m) FLORIANÓPOLIS (incluindo bibliotecas de Santa Catarina). Sede: Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.
- n) PORTO ALEGRE (incluindo bibliotecas do Rio Grande do Sul). Sede: Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estes Centros Regionais, além de Catálogos Coletivos, quase todos mantem Serviços de Reproduções Fotográficas, de Bibliografias, etc.

2.2. - Reunião da IBBO'/CBC

Por ocasião da III Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, realizou-se em Porto Alegre, nos dias 31 de junho e 2 de julho de 1972, a 8ª Reunião desta Comissão e que contou com a participação dos membros representantes de: Brasília, Pará, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Guanabara (IBBO).

Importantes resoluções foram tomadas durante esta Reunião, tais como:

- a) revisão dos convênios existentes entre o IBBD e as Universidades e estabelecimento de novos convênios;
- b) criação de novos Centros Regionais;
- c) estabelecimento de um sistema nacional automatizado de catálogos coletivos de periódicos que possibilite a manutenção, atualização e edição de catálogos coletivos nacionais, regionais e de bibliotecas, gerais ou por grandes assuntos, em tempo hábil.

3. CATÁLOGO COLETIVO DE LIVROS

3.1. - Atribuições

Compete a este Serviço elaborar e manter atualizado um Catálogo Coletivo Nacional de Livros, em fichas, que reúna os acervos das principais bibliotecas brasileiras.

3.2. - Arranjo

Seu arranjo é em ordem alfabética de autor do livro, estando cada livro representado por uma ficha, onde são anotadas as siglas das bibliotecas que possuem este livro.

3.3. - Colaboração das Bibliotecas

Este Catálogo é formado exclusivamente pela colaboração que recebe das bibliotecas da rede as quais, ao catalogarem os seus livros, remetem uma via da ficha catalográfica ao CCN. Nesta ficha devem constar apenas os elementos essenciais que identificam o livro. Sendo a colaboração enviada através do Centro Regional a Biblioteca deverá remeter 2 vias da ficha.

Compreendendo as dificuldades que muitas bibliotecas têm em duplicar suas fichas, o CCN aceita outras formas de colaboração, tais Como: boletins bibliográficos, catálogos de bibliotecas, listas de novas aquisições, etc. e, em alguns casos, até mesmo a ficha de rascunho da catalogação, desde que em bom estado. As listas, no CCN, são recortadas e transformadas em fichas.

O Catálogo Coletivo de Livros recebe, anualmente, uma média de 80.000 fichas, além de inúmeras listas.

3.4. - Situação atual

Lamentavelmente, os trabalhos de atualização do Catálogo Coletivo de Livros encontram-se paralisados há 7 anos em virtude da absoluta falta de pessoal e de espaço físico e da ênfase e prioridade que foi necessário dar-se à mecanização do Catálogo Coletivo de Periódicos.

Entretanto, as fichas e listas remetidas pelas bibliotecas cooperantes têm sido cuidadosamente guardadas para que no futuro (que esperamos esteja bem próximo) possam ser intercaladas ao fichário.

No momento estão sendo efetuados estudos para a utilização do formato CALCO na atualização e manutenção deste Catálogo.

4. CATÁLOGO COLETIVO DE PERIÓDICOS

O Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos registra no momento cerca de 60.000 títulos de periódicos existentes em 560 bibliotecas especializadas brasileiras, num total de aproximadamente 180.000 coleções.

4.1. - Arranjo

Os títulos dos periódicos são arrumados em ordem alfabética sem se considerar palavras não significativas tais como artigos, preposições, etc. Para cada título existe uma ficha de identidade do periódico com o seu histórico, seguida das fichas da(s) biblioteca(s) que o possui(m), com a descrição de sua coleção.

4.2. - Automação

Devido ao enorme volume de dados e à necessidade de permanente atualização, sentiu-se que os sistemas tradicionais de fichários manuais não mais satisfaziam, sendo impraticável a edição deste Catálogo por processos normais de composição tipográfica. Em 1968 foram iniciados os estudos para a mecanização deste serviço e, em 1969, sob a orientação da então Presidente do IBBD, Célia Ribeiro Zaher, foi efetivado o início da sua automação graças ao Convênio firmado entre o IBBD e o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) através do CNPq, para utilização do computador Burroughs 3500, instalado em São José dos Campos, SP.

Tendo em vista a massa de dados a ser processada, optou-se pela separação dos títulos do Catálogo em 4 grandes grupos de assuntos, a saber:

- Ciências Puras e Tecnologia, incluindo Matemática, Física, Química, Engenharia e Tecnologia.
- Ciências Biomédicas, incluindo Psicologia.
- Ciências Agrícolas e Ciências Naturais, incluindo Veterinária.
- Ciências Sociais e Humanidades.

O primeiro catálogo desta série foi publicado em 1970, sob o título:

CATÁLOGO COLETIVO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, arrolando cerca de 16.000 títulos, localizáveis em 411 bibliotecas. No momento estão sendo processados, paralelamente, os títulos das áreas de Biomedicina e Agricultura, devendo ser publicados até o fim deste ano estes dois catálogos.

4.2.1. - Descrição do Sistema

Os dados do catálogo em fichas são registrados em fita magnética, criando-se basicamente 2 arquivos independentes: um de TÍTULOS e outro de COLEÇÕES.

O veículo de entrada em computador é o cartão perfurado.

A atualização da fita de título é da responsabilidade do CCN enquanto que a atualização da fita de coleções poderá ser feita pelos catálogos regionais ou bibliotecas, que prepararão seus próprios BIPs ou cartões perfurados.

O processamento dos dados dessas fitas possibilita a recuperação dos seguintes tipos de listagens:

- a) listagem alfabética completa (títulos e coleções), com ou sem indicação dos códigos de títulos e assuntos;
- b) listagem alfabética dos títulos e coleções de uma biblioteca ou grupo de

bibliotecas, geral ou por assunto;

c) listagens regionais de títulos e coleções de um estado, cidade ou região, gerais ou por assunto;

d) listagens parciais de periódicos de um dos grupos de assuntos previstos no programa;

e) índice de editores;

f) listagens de títulos, em ordem numérica dos códigos ..

4.2.1.1. - Formato do cartão de título

Cada título recebe um código alfanumérico de 5 caracteres, composto da letra inicial do título e de um número sequencial de 4 algarismos. Este código é o número de registro do periódico no computador e não interfere na ordenação alfabética dos títulos,

Os dados da ficha de título são transcritos em folhas e dados (BIPs) no seguinte formato:

Colunas 1 a 73: transcrição do título e demais elementos da ficha de identidade do periódico, em sequência, separando-se esses elementos (título, editor, datas, etc.) por asteriscos. Este sinal determinará parágrafo nas listagens finais.

Coluna 74: código de assunto.

Coluna 75: ordem do cartão, por meio de letras (A, B, C, ...).

Colunas 76 a 80: código do periódico.

Sendo mecânica a alfabetação dos títulos, alguns sinais são utilizados a fim de possibilitar essa alfabetação. Por exemplo: palavras não significativas são isoladas por meio de arrobas (@).

4.2.1.2. - Formato do cartão de coleção

Além da sigla tradicional do Catálogo Coletivo, cada biblioteca recebe um código numérico de 4 algarismos para entrada em computador.

Os cartões de coleções obedecem ao seguinte formato!

Colunas 1 a 5: código do periódico.

Colunas 6 a 9: código da biblioteca.

Colunas 10 a 11: ordem do cartão (numérica: 01, 02, 03,).

Colunas 12 a 80: transcrição da coleção.

A transcrição da coleção deverá sempre seguir as normas do CCN que as fornece, a pedido.

4.3. - Colaboração das bibliotecas

A colaboração das bibliotecas com o CCN de Periódicos vem sendo enviada em fichas modelo Catálogo Coletivo, fornecidas pelo IBBO, ou ainda, sob a forma de listas de periódicos. Quando proveniente dos estados, esta colaboração é sempre remetida através dos centros

regionais.

A automação do Catálogo abre novas perspectivas para esta colaboração, passando a haver uma maior participação dos catálogos regionais e bibliotecas no sistema, os quais poderão enviar sua colaboração em forma de BIPs ou cartões perfurados. Para isso terão que solicitar ao CCN os códigos referentes aos seus títulos, além das instruções necessárias. Em troca, receberão catálogos regionais ou individuais de suas bibliotecas, em listagens.

5. TELEX

Para maior facilidade de comunicação com os Centros Regionais e Biblioteca do país, tanto no fornecimento de dados para o Catálogo Coletivo, como para acelerar o intercâmbio de reproduções de textos, o IBBO pretende criar uma Rede de Telex, já tendo efetivado a instalação deste equipamento em 3 centros regionais a saber: Recife, Brasília, Porto Alegre. Recentemente a BN (GB) e a BI REME instalaram seus aparelhos de Telex.

6. SERVIÇO DE REPRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS

Este serviço faculta ao estudioso ou cientista do país ou do exterior a obtenção do texto do documento necessário aos seus estudos, sob a forma de microfilme, cópia xerox, ampliação fotográfica, etc.

O documento procurado é localizado através do Catálogo Coletivo e quando existente em área próxima, é feito o empréstimo da publicação para reprodução no laboratório de Reproduções Fotográficas do IBBD.

Para obtenção de material não localizado na Guanabara, o IBBD mantém um intercâmbio com centros de documentação e bibliotecas, do país e do exterior, através de correspondência ou via Telex.

Este Serviço utiliza formulários próprios, que são fornecidos a pedido.

7. SERVIÇO DE INTERCÂMBIO DE CATALOGAÇÃO (SIC)

Ao ser criado em 1942, no DASP, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) a exemplo da Biblioteca do Congresso de Washington (LC), pretendia-se facilitar o trabalho dos responsáveis por bibliotecas. O quadro de profissionais era bastante reduzido à época, e os trabalhos que mais se ressentiam com isso eram, exatamente, aqueles de características profissionais: a catalogação e a classificação. Adquirindo as fichas do SIC, um encarregado, mesmo sem a necessária formação profissional, poderia assegurar um mínimo de organização técnica a seus serviços meios. Instruções foram então divulgadas para orientar os compradores, principalmente os não profissionais.

Atividade do maior interesse para o desenvolvimento das bibliotecas gerais, a catalogação cooperativa não manteve o mesmo interesse inicial. Os fatores, com certeza, foram:

- falta de divulgação do acervo disponível - poucos e esparsos foram os catálogos publicados;

- as bibliotecas cooperantes executavam suas catalogações visando apenas seus próprios catálogos, sem se aperceberem que centenas de outras bibliotecas também se beneficiariam do acervo resultante de seus trabalhos;

- a diversidade de códigos de catalogação adotados pelas bibliotecas cooperantes dificultou a uniformização;

- o trabalho de revisão tornou-se difícil e lento; em virtude da displicência na redação das fichas por parte das bibliotecas cooperantes e pelo fato do SIC não ter em mãos os livros para confronto. Na maioria das vezes, as revisões resultavam em completas recatalogações;

- a inexistência de uma lista de cabeçalhos de assunto de caráter geral, para uso em âmbito nacional, e que contaria com a aceitação de um número muito grande de bibliotecas cooperantes;

- critérios de entrada foram, também, pontos de divergência, especialmente no eixo Rio-São Paulo.

Todas essas falhas apontadas e sentidas no decorrer do tempo não puderam ser sanadas devido à falta de uma estrutura definida na época de sua criação.

Internamente, o SIC viu-se com uma quantidade absurda de fichas em estoque, ocupando lugar vital, e com necessidade sempre crescente de espaço. Este fato causou a primeira mudança, que não alterou, entretanto, o Serviço em sua estrutura fundamental. O emprego de máquinas FR I DEN possibilitou o estoque de apenas uma ficha perfurada que era duplicada quando havia solicitação. Este sistema era também, mais rápido que a produção de fichas por processo de composição tipográfica, embora de reprodução lenta.

Em relação a uma linguagem comum a ser adotada em princípios pela biblioteca cooperante, decidiu o ISBD preparar uma lista geral de cabeçalhos de assunto a partir de seus fichários e com a colaboração de bibliotecários da Biblioteca Nacional (BN) e da biblioteca do Ministério da Fazenda. Reunindo-se, desde então, de maneira sistemática, essas três pessoas, uma vez por semana, sem qualquer remuneração extra, puderam preparar a lista correspondente às letras A e B. Durante a preparação das letras subsequentes é evidente que muita inclusão se tornou necessária naquelas primeiras letras e uma lista muito aumentada foi preparada para edição, ou melhor, coedição com o Instituto Nacional do Livro (INL). Por ser uma obra de consulta, e não didática, ainda não se encontrou editora que aceitasse a tarefa. As reuniões continuam, porém, em ritmo lento. Para que a lista fique pronta num período curto torna-se necessária uma equipe, em regime de trabalho intensivo.

Auxílio foi solicitado ao INL em princípios do ano para a formação desse grupo que contaria, ainda, com a participação de especialistas para a terminologia técnico-científica.

Para estabelecer critérios de entrada aceitos por outros grupos o SIC procedeu em 1971, juntamente com elementos da BN, do INL, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e da Câmara Brasileira do Livro (CBL), a um estudo do código Anglo-Americano de catalogação, tendo sido então produzidas normas de entrada com aceitação geral do grupo.

8. PROJETO CALCO

Paralelamente a essas atividades, o SIC foi encarregado, na pessoa de sua Diretora, Alice Príncipe Barbosa, de efetuar estudos para utilização do MARC II (Machine readable cataloging) no Brasil. Daí resultou o projeto CALCO (Catalogação legível por computador) que foi objeto de Dissertação para obtenção do título de Mestre no Curso de Ciência da Informação realizado no IB8D.

A segunda fase do Projeto consistiu no estudo de aproveitamento das máquinas FRIDEN, existentes no Serviço, para servirem como elementos de entrada em máquina no novo sistema. A falta de especialistas na SINGER - revendedora daquele equipamento - tornou penosa aquela fase, mas os resultados foram compensadores. O novo sistema permitirá, pois, a obtenção imediata das fichas processadas, antes da produção do relatório respectivo, por computador.

No momento, encontram-se em fase final, os testes de programa para listagens de autor e assunto.

O projeto CALCO vai exigir do SIC uma mudança de filosofia que só será vitoriosa, entretanto, se contar com o apoio de algumas bibliotecas de acervo representativo, inclusive a Biblioteca Nacional.

8.1. - CALCO e o Catálogo Coletivo Nacional de Livros

Se o formato CALCO for utilizado pelas Bibliotecas Públicas, pelo menos as mais representativas, outras áreas de assunto - como Humanidades e Letras não incluídas pelas Bibliotecas Especializadas - serão cobertas.

Os maiores subprodutos do CALCO serão a publicação automática do Catálogo Coletivo Nacional de Livros e da Bibliografia Nacional corrente, através de contribuição dada pelas bibliotecas cooperantes e pela Biblioteca Nacional, respectivamente.

8.2. - CALCO e os Usuários

As bibliotecas do País, muitas fugindo do eixo Rio-São Paulo, ainda carentes de pessoal suficiente para a realização de seus trabalhos técnicos, teriam, entre outras, as seguintes vantagens:

- Padronização de normas e cabeçalhos de assunto;
- Liberação de seu pessoal técnico para execução de outras tarefas;
- Facilidade de compilação de catálogos, mesmo sem possuir pessoal especializado;

- Formação de catálogos especiais, isto é, de editores, assuntos, obras traduzidas, série, etc.

- Aquisição de catálogos impressos acumulados e, portanto, atualização de toda a produção semestral ou anual.

8.2.1. - Simplicidade para os colaboradores

Como explicado adiante, não haverá revisão do trabalho da biblioteca cooperante, a qual deverá apenas preencher a folha de implantação que, na realidade, é a catalogação em formulário diferente. A maior dificuldade será a tarefa de atribuição-dos códigos, mas esta ficará a cargo da Central,

8.3. - Nova Filosofia do SIC

O SIC usará uma filosofia totalmente diferente da até então em uso. Transformado numa Central de Processamento, outra linha será seguida.

Uma nova rede será formada, composta de um limitado número de bibliotecas, as quais ficarão inteiramente responsáveis pela execução de suas tarefas, de acordo com as instruções e normas a serem ditadas pela Central. Não haverá trabalho de revisão.

As áreas dos assuntos serão previamente delimitadas, o que, obviamente, redundará em algumas duplicatas, considerando-se os múltiplos aspectos dos livros atuais, servindo a campos diferentes. Como resultante, caberá à Central o controle dessas duplicatas através um Fichário das catalogações em processo, para evitar, dentro do possível, a entrada no computador de fichas em duplicatas.

Será também da inteira responsabilidade da Central a codificação das folhas-de-entrada, necessária à operação de perfuração.

As bibliotecas integrantes da rede terão apenas que redigir suas catalogações em folhas apropriadas chamadas folha-de-entrada, preenchendo também os itens correspondentes ao campo 008 (itens de recuperação), os quais só terão condição de ser preenchidos tendo em mãos o livro a ser catalogado.

Um trabalho assim equilibrado quanto às responsabilidades e qualificações de cada um redundará, por certo, num acervo de informações mais eficiente para uso em âmbito nacional e internacional.

9. MARC PARA AMÉRICA LATINA

Na época da elaboração do CALCO, longe estávamos de imaginar que 2 anos após, a OEA subvencionaria estudos para a elaboração de um formato de catalogação automatizada para países latino-americanos. Esse formato receberá o nome de MARCAL e servirá como fonte de informações da produção em espanhol e português para o grande Banco de Dados armazenado na memória dos computadores da L.C.

10. CONCLUSÃO

Pela marcha em que vêm sendo realizadas as etapas desse projeto, sem subvenções especiais para acelerá-lo, conclui-se que, muito em breve, dependendo do interesse dos que querem compartilhar de tão importante trabalho, estará este Instituto apto a levar adiante, as seguintes etapas:

1. Convocação da rede
2. Acordos
3. Bases comerciais
4. Recursos econômicos
5. Montagem da Central

Daí, talvez, possamos reivindicar para nosso País, a instalação da Oficina MARCAL, no Brasil e, quem sabe, propor o CALCO para, com as adaptações exigidas, servir como formato MARCAL, visto não existir nenhum trabalho desse tipo nos outros países da América Latina.